

Algumas considerações sobre a noção de relativo em *Categorias 7*

Vivianne de Castilho Moreira

UFPR¹

vivicmor@yahoo.com.br

resumo A formalização dos raciocínios a que Aristóteles se consagra nos *Primeiros Analíticos* é restrita, como sabemos, a proposições da forma categórica. Embora reconheça certas especificidades formais nas proposições encerrando predicados relacionais, Aristóteles parece reservar-lhes um estatuto secundário, considerando-as, em alguma medida, redutíveis a proposições categóricas. Neste artigo, pretendo examinar algumas passagens de *Categorias 7* que possam lançar alguma luz sobre o estatuto que Aristóteles confere às atribuições relativas, visando melhor precisar as razões que o teriam conduzido a negligenciar um tratamento formal mais rigoroso das proposições relacionais nos *Primeiros Analíticos*.

palavras-chave proposição; predicado relacional; silogismo

É corrente a opinião de que a lógica teve, a partir de Frege, um notável avanço em relação àquela legada por Aristóteles em vários aspectos importantes, dentre os quais o tratamento formalizado das proposições relacionais². Estimadas como irredutíveis à forma categórica, as proposições relacionais denunciariam o alcance limitado dos esforços feitos por Aristóteles em seus *Primeiros Analíticos* – doravante *AnPr* – visando estruturar formalmente os raciocínios. Restringindo-se, em sua silogística, às proposições da forma "*S é P*", Aristóteles não teria oferecido uma abordagem satisfatória para aquela forma de proposições mediante a qual as atribuições relativas se deixam descrever. Isso teria inviabilizado a Aristóteles a formalização de um amplo espectro de modelos

Recebido em 28 de agosto de 2009. Aceito em 18 de dezembro de 2009.

doisPontos, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 3 – especial, p.51-74, abril, 2010

de inferências e raciocínios, limitação que a lógica contemporânea estaria habilitada a remediar.

Essa limitação da silogística não deve nos conduzir a concluir que Aristóteles teria sido desatento ou negligente com respeito à especificidade que os predicados relacionais introduzem ao comparecer em proposições. Afinal, as relações são estimadas por ele um modo específico de ser, ao qual deve ser fiel, em sua forma, a expressão linguística que visa descrevê-lo. Como sabemos, o que podemos, com Aristóteles, denominar "relativo" <prós ti> é por ele considerado uma categoria específica do ser, à qual ele consagra todo o capítulo sétimo de seu pequeno tratado das *Categorias*. Ora, se os atributos relativos gozam de um tal estatuto aos olhos do filósofo, este não parece poder furtar-se à tarefa de examinar as condições formais de tratamento das proposições em que comparecem. Se efetivamente o faz, cumpre-nos averiguar que razões o teriam respaldado no que, à primeira vista, soa como uma negligência imperdoável em um pensador rigoroso.

Duas questões se erguem de saída. A primeira concerne à própria pertinência da suspeita supra-mencionada. É preciso inicialmente averiguar se a pretensa negligência que ela presume de fato se confirma. A segunda depende, ao menos em parte, da resposta que se der à primeira, e dirige-se a como as atribuições relativas devem ser compreendidas no interior da filosofia e da lógica aristotélicas. Em se supondo que as limitações da silogística legada por Aristóteles não refletem um descuido do filósofo em reconhecer a especificidade formal de certos tipos de atribuição, há que se examinar que razões teria o filósofo para eximir-se de abordar certas formas proposicionais em sua lógica, a despeito de reconhecer que exprimem a especificidade de certa categoria particular de ser. A primeira dessas questões requer uma inspeção um pouco mais atenta dos *AnPr*. A segunda exige que estendamos o horizonte de nossa investigação para além do âmbito da silogística, já que se dirige a concepções metafísicas mais fundamentais, das quais, como se pretende mostrar aqui, a abordagem lógica das atribuições relacionais deve ser vista como um reflexo e um desdobramento.

Que Aristóteles tenha sumariamente ignorado a especificidade lógica das proposições relacionais é uma hipótese que a leitura das primeiras linhas dos *AnPr* exige colocar em suspeição, e que o avanço da mesma

leitura obriga a recusar. Com efeito, logo no início do opúsculo, após oferecer uma caracterização geral de proposição <prótasis> como um discurso que afirma ou nega algo de algo, Aristóteles estabelece uma divisão das proposições conforme a quantidade, classificando as proposições relacionais como proposições de quantificação indefinida <adióristai protáseis>, quais sejam, aquelas que são indeterminadas quanto à sua quantificação³. Isso se confirma por um dos exemplos que, na sequência do texto, ilustra o caso desse tipo de proposições. Trata-se da sentença "dos contrários é uma mesma a ciência"⁴. Poderia parecer precipitado afirmar, com base neste único exemplo, que o que entendemos contemporaneamente sob o título de proposição relacional se deixe classificar, aos olhos de Aristóteles, como um caso de proposições indefinidas quanto à quantidade⁵. De fato, não há coincidência entre a classe dos predicados que contemporaneamente se deixam tratar como relacionais do ponto de vista lógico-formal e aquela das atribuições que Aristóteles estima constituírem atribuições relacionais⁶. Por outro lado, é indiscutível que o exemplo em pauta ilustra o que aos olhos de Aristóteles constitui uma atribuição relacional, já que, como teremos ocasião de examinar mais detalhadamente, para ele, tanto os predicados "contrário" (contrários entre si) quanto "ciência" pertencem à categoria do relativo.

Essa constatação oferece-nos a chave para compreender o que teria conduzido o estagirita a considerar as proposições relacionais como proposições de quantificação indefinida⁷. Com efeito, tais tipos de proposições exigem, em sua formalização, o emprego de uma multiplicidade de quantificadores⁸ – algo inviabilizado no modelo categórico adotado por Aristóteles nos *AnPr*. É desnecessário lembrar que, nesse modelo, resulta inviável determinar adequadamente a quantidade das proposições relacionais, já que, nele, apenas um termo é quantificado, a saber, aquele que desempenha o papel de sujeito lógico da proposição. A avaliação de que proposições relacionais seriam indefinidas quanto à sua quantidade constituiria, então, uma conclusão inevitável diante da inviabilidade de ajustá-las à forma das proposições categóricas com as quais Aristóteles lida em sua silogística. Isso explica, ao menos em parte, que, ao lançar-se à tarefa de estruturar formalmente as figuras silogísticas nos capítulos 4 a 6 de *AnPr* I, Aristóteles tenha negligenciado as proposições indefinidas, mesmo ressaltando que, ao menos em casos específicos de

silogismos, elas gozariam do mesmo vigor probatório que exibem as proposições particulares⁹.

Essa negligência verificada na apresentação da estrutura formal dos raciocínios não se mantém, contudo, ao longo de todo o tratado de lógica aristotélica. Após dedicar-se ao exame das formas de raciocínios contendo premissas modalizadas, Aristóteles volta-se para algumas dificuldades lógicas ainda não abordadas, dentre as quais aquelas pertinentes às proposições relacionais. Ele então considera ser preciso aí efetuar uma "redução" <anágein> dos raciocínios em geral às diversas formas silogísticas apresentadas anteriormente¹⁰. E revela-se assumir que, quaisquer que sejam as peculiaridades e nuances figurando nos raciocínios formulados na linguagem ordinária, estes se deixam todos reduzir a algo apresentável sob a forma de uma das figuras silogísticas¹¹.

No que concerne em particular ao caso das atribuições relacionais, Aristóteles limita-se a advertir que o modo como a redução à forma silogística deve ser feita depende da compreensão correta da maneira como são articulados os termos relacionados na proposição. Ele então sustenta que "pertencer" <hupárchein> - o verbo do qual ele se serve para significar a cópula nas proposições das figuras silogísticas - não deve ser sempre interpretado como veiculando que o que ocupa a posição de predicado de um enunciado denota tudo aquilo que denota o que figura na posição de sujeito do mesmo (como acontece nas proposições que compõem como premissas nos silogismos admitidos em *AnPr* I, 4-6), visto que ele pode assumir tantas acepções quantas são as categorias¹². E, para atestar essa afirmação, ele retoma o exemplo de que havia se servido para ilustrar um caso de proposição indefinida, afirmando que o "é" figurando na proposição "dos contrários é uma única a ciência"¹³ não deve ser interpretado como significando a atribuição direta do pretense predicado "uma única ciência" ao pretense sujeito "dos contrários", e sim como indicando que é verdadeiro dizer, a respeito dos pares de contrários, que a ciência a consagrada a cada um dos seus membros é uma só¹⁴.

Vemos que a redução proposta por Aristóteles não consiste em negligenciar o caráter relacional da atribuição, mas, ao contrário, consiste em ponderar que o verbo "pertencer" deve poder contemplar, em seu campo semântico, aquele caráter relacional. Ou, para acompanhar o filósofo no mesmo nível de generalidade em que ele se pronuncia, pode-se

afirmar que a diversidade de acepções que ele pretende ao verbo "pertencer" deve refletir ou ao menos corresponder à mesma diversidade de maneiras como os atributos podem ser afirmados ou negados uns dos outros nas sentenças. Isso sugere que, conquanto caiba ao verbo "pertencer" o papel de abarcar aquela diversidade, ela não concerne ao nexos proposicional enquanto tal, mas repousa nas diferentes categorias a que correspondem os diferentes tipos de predicados aptos a integrar uma proposição. Dito de outro modo, aquela diversidade, embora introduza peculiaridades semânticas no comportamento do verbo "pertencer", aparentemente não contaminaria, de acordo com Aristóteles, a estrutura atributiva categórica enquanto tal, já que resultaria de uma diversidade inerente à multiplicidade de formas consoantes as quais se apresenta aquilo que é o caso. No que concerne particularmente ao foco do nosso interesse aqui, essa sugestão enseja uma outra, a saber, que, para Aristóteles, a peculiaridade das atribuições relacionais não introduziria uma forma proposicional específica, mas se deixaria tratar formalmente como uma relação atributiva na qual se articulariam predicados concernentes à categoria do relativo.

Essas sugestões, se confirmadas, respaldam a conclusão de que o exame aprofundado das atribuições relacionais escaparia à esfera da teoria silogística tal como Aristóteles a concebe, como uma disciplina consagrada às formas de inferências, as quais têm nas proposições as unidades elementares de que partem e sobre as quais se efetuam. À investigação silogística não caberia, então, a tarefa de examinar as próprias proposições enquanto tais, sua estrutura e os elementos nos quais se dividem, que são os termos nelas articulados. Esse exame deveria ser o tema de uma investigação prévia e extrínseca à investigação silogística, a qual teria por objeto aqueles termos, isto é, os diferentes modos consoante os quais pode ser expresso linguisticamente aquilo que é. Como sabemos, tal investigação é levada a cabo por Aristóteles precipuamente no pequeno tratado das *Categorias*¹⁵. Assim sendo, a despeito de sua polêmica autoria aristotélica¹⁶, é sobretudo para o que nesse tratado lemos a respeito da categoria dos relativos que devemos doravante voltar nossa atenção.

No capítulo sétimo das *Categorias*, consagrado ao exame dos relativos, Aristóteles nos oferece duas caracterizações de relativo, uma das quais abre o capítulo. De acordo com esta,

"são ditos *relativos* todos os de tipo tal que são ditos serem precisamente o que são de outros, ou quaisquer que sejam os que, de alguma outra maneira, são em relação a outro"¹⁷.

A segunda caracterização é evocada por Aristóteles visando resolver uma dificuldade decorrente de uma incompletude ou imprecisão da primeira. Essa imprecisão se denunciaria com a consideração das partes das substâncias segundas, as quais, de acordo com Aristóteles, conquanto satisfaçam a primeira caracterização, não pertencem à categoria de relativo. Com efeito, pondera ele, à diferença das partes das substâncias primeiras, as partes das substâncias segundas são sempre ditas o que são com relação às respectivas substâncias de que são partes. O mesmo não se daria com as partes das substâncias primeiras, considera ele, já que essas podem ser ditas o que são independentemente da remissão às substâncias primeiras de que são partes. Diz Aristóteles:

"Há uma dificuldade sobre se nenhuma substância é dita um relativo, como parece, ou se é possível que o sejam algumas das substâncias segundas. Pois a respeito das substâncias primeiras é verdade [que nenhuma é relativo]. Pois nem o todo nem a parte são ditos relativos. Pois um certo homem não é dito homem de certo algo, nem um certo boi é dito boi de certo algo. Igualmente para a parte. Pois uma certa mão não é dita mão de certo algo, mas mão de algo, e uma certa cabeça não é dita cabeça de certo algo, mas cabeça de algo. Igualmente também no caso das substâncias segundas em sua maioria. Pois o homem não é dito homem de algo, nem o boi dito boi de algo, nem um ramo dito ramo de algo, mas é dito propriedade de algo. A respeito de substâncias de tal tipo, portanto, é manifesto que não são relativos. Já com respeito a algumas das substâncias segundas há dúvida. Por exemplo, a cabeça é dita cabeça de algo, e a mão é dita mão de algo, e todos os de tal tipo, de modo que esses pareceriam ser relativos"¹⁸.

A razão para essa diferença não é tematizada aqui por Aristóteles, mas parece pertinente sugerir que ela repousa na diferença que há entre os requisitos para se caracterizar uma parte de uma substância primeira enquanto tal e aqueles para se caracterizar uma parte de uma substância segunda enquanto tal. Uma parte de uma substância primeira consiste em

um corpo determinado, que, embora se defina consoante a parte da substância segunda a ela correlativa, unicamente pode constituir-se como a parte que é na medida em que se constitui de uma matéria, isto é, enquanto circunscreve um corpo ou uma parte de um corpo, a saber, a substância primeira de que é parte. Nesse sentido, uma parte de uma substância primeira pode ser corretamente dita tal e assim identificada por ser o corpo ou a parte do corpo que é, possuindo o formato ou a compleição que possui. Assim, pode-se indentificar uma mão como mão ou uma cabeça como cabeça, sem ser preciso remetê-las àquilo que se vinculam, respectivamente, como partes. A seu turno, as partes das substâncias segundas, sendo partes de formas, são definidas e identificadas como o que são por remissão às substâncias de que são partes. Por isso, ao serem evocadas discursivamente, são remetidas, ainda que implicitamente¹⁹, às respectivas substâncias.

Isso torna patente a dificuldade concernente à primeira caracterização de relativo²⁰. Envolvendo em suas respectivas definições sua remissão às substâncias de que são as partes que são, as partes das substâncias satisfazem a primeira caracterização de relativo que o apresenta como o que é tal que é dito ser com relação a algo outro. Ao recusar que as partes das substâncias segundas pertençam à categoria do relativo, Aristóteles não tem outra alternativa senão reconhecer que a primeira caracterização de relativo, se não chega a ser de todo incorreta, é ao menos insuficiente ou incompleta²¹.

A segunda caracterização distingue-se da primeira por eliminar o aspecto discursivo como definitório do que é relativo. Nela, o relativo é apresentado como sendo aquilo que, precisamente o que é, o é por referência a algo outro, independentemente da maneira como se deixa exprimir ou referir linguisticamente. De sorte que, para um relativo, seu próprio ser é ser com respeito a algo outro. Diz Aristóteles:

"São relativos aqueles para os quais o ser é o mesmo que ser em relação a algo de alguma maneira"²².

A solução para a dificuldade anteriormente posta não reside imediatamente nessa segunda caracterização de relativo, mas no que Aristóteles julga ser um desdobramento dela. Diz ele:

"Fica claro a partir disso que, se alguém souber determinadamente de algo que é um relativo, também saberá determinadamente em relação a que ele é dito relativo"²³.

Assim apresentada, essa correlação entre saber determinadamente o que é um relativo e saber determinadamente aquilo de que ele é relativo revela-se desempenhar, aos olhos de Aristóteles, o papel de critério a partir do qual é possível distinguir o que é genuinamente relativo daquilo que, conquanto satisfaça a primeira caracterização de relativo, não é verdadeiramente tal. De fato, é amparado naquela correlação que Aristóteles finalmente apresenta sua justificação para refutar que as partes das substâncias segundas sejam relativos, afirmando que, à diferença do que é efetivamente um relativo, as partes das substâncias segundas são tais que saber determinadamente que são com respeito a algo outro não implica saber determinadamente aquilo em relação a que elas são ditas.

Muitas dificuldades têm sido erguidas a respeito do critério aristotélico, mas elas podem todas ser remetidas, em alguma medida, ao significado que Aristóteles teria pretendido dar à expressão "saber determinadamente". Como adverte Ackrill, a depender da maneira como essa expressão for compreendida, a consequência que Aristóteles pretende extrair da nova caracterização de relativo resulta excessivamente forte, o que torna difícil mantê-la. Com efeito, se aquele conhecimento determinado de um relativo como tal for compreendido como implicando o conhecimento daquilo em relação a que ele é dito relativo, a exigência nele envolvida

"... não será satisfeita por termos incontestavelmente relativos, tais como 'metade' e 'escravo': pois alguém pode saber que 97 é metade de algum outro número sem saber que número é esse, e que Cálías é um escravo sem saber quem é seu senhor"²⁴.

Essa advertência denuncia a necessidade de se examinar com mais vagar o que está implicado na expressão "saber determinadamente" que figura na passagem, visto que essa expressão revela-se desempenhar um papel crucial no critério aristotélico acima veiculado. Iniciemos esse exame por uma inspeção mais rigorosa da caracterização de relativo da qual ele é estimado depreender-se.

Consoante a caracterização dada, um relativo é aquilo que, precisamente o que ele é, ele o é com respeito a algo outro. Se isso é assim, então, correlativamente, saber o que é ser um relativo implica saber que este, enquanto tal, o é em relação a algo outro. Assim, saber de um certo

relativo particular que ele é um relativo implica sabê-lo como envolvendo uma certa remissão a algo outro. Ainda que tal saber não consista em um conhecimento completo ou pleno da definição do relativo em questão, na medida em que esse saber corresponde ao seu conhecimento enquanto um relativo, nessa mesma medida tal saber envolve o conhecimento de que ele é por remissão a algo outro²⁵.

Desse outro, o que é necessário conhecer para se saber determinada-mente o relativo em pauta concerne evidentemente ao que ele deve ser para ser aquilo em relação a que dito relativo é. Assim sendo, no saber determinado de um relativo enquanto tal, o conhecimento que se requer daquilo em relação a que ele é relativo não é senão o conhecimento da propriedade que ele deve ter para figurar como o contraponto daquele relativo. Trata-se, portanto, da propriedade que o põe em comparação com dito relativo de tal sorte a verificar a propriedade relativa que o refere a este. Essa propriedade, *eo ipso*, não pode ser senão uma outra propriedade relativa, e esgota-se em ser tal. Assim, por exemplo, saber determinadamente o que é requerido para Cálías ser menor que um certo objeto envolve saber o que é requerido para esse objeto ser de tal sorte a verificar que Cálías seja menor que ele. E, para tanto, basta saber que o objeto excede Cálías em grandeza, isto é, é maior que Cálías. Ainda que dito objeto satisfaça diversas outras atribuições, relativas ou não, o que é exigido e basta para que se saiba determinadamente que Cálías é menor que ele é que o predicado "ser maior que" a ele se aplica com respeito a Cálías. Assim, o que se requer para se saber determinadamente que um certo predicado relacional completado²⁶ por um certo item se atribui a um certo relativo esgota-se no conhecimento de que um segundo predicado relacional completado por aquele relativo se atribui a algo, a saber, o mesmo item a que o mencionado relativo é tal.

Eis o que conduz Aristóteles a concluir que todo relativo possui um correlativo recíproco, que se deixa explicitar como tal uma vez eliminadas todas aquelas propriedades que, mesmo lhe sendo definitórias, não são o que em sua definição explica sua correspondência àquele relativo. Não é de espantar, desse ponto de vista, que, ao tomar como exemplo a relação escravo-senhor, Aristóteles considere como acidentais a senhor predicados que não o são, tais como, "homem" e "bípede". Com efeito, embora na explicação definitiva de "senhor" deva comparecer "homem" de

alguma maneira, não é enquanto "homem" que algo se relaciona a "escravo", mas sim enquanto "senhor", visto ser este último o único predicado diretamente implicado no saber determinado do predicado "escravo"²⁷. Diz ele:

"Mas se se fez corresponder adequadamente àquilo em relação a que é dito, uma vez eliminados todos os outros que forem acidentes, restando somente aquele em relação ao qual foi feito corresponder adequadamente, sempre será dito em relação a ele. Por exemplo, se 'escravo' é dito em relação a 'senhor', uma vez eliminado tudo o que é accidental a 'senhor', como, por exemplo, 'ser bípede', 'ser apto a conhecer cientificamente', 'ser homem', restando somente o 'ser senhor', 'escravo' sempre será dito com respeito a ele"²⁸.

Pode-se concluir daí que o que a argumentação aristotélica permite inferir a respeito do significado e do uso da expressão "saber determinadamente" é isto: saber determinadamente um correlativo de um relativo restringe-se a sabê-lo enquanto tal correlativo. Esse saber não requer o conhecimento de qualquer outro atributo desse correlativo, nem mesmo daqueles atributos que porventura lhe sejam essencialmente inerentes. Essas conclusões permitem-nos retomar a dificuldade erguida por Ackrill anteriormente mencionada. A dificuldade se ergue, lembremos, em virtude da omissão de Aristóteles em precisar, na passagem das Categorias, o modo como entende a expressão "saber determinadamente". De posse das conclusões a que chegamos aqui, e para retomar os exemplos de que Ackrill se serve, poderíamos afirmar que saber determinadamente de algo que satisfaz a relação que 97 mantém enquanto metade é saber que algo é dobro de 97, ou seja, é saber de algo que ele é enquanto é dobro de 97. Igualmente, saber determinadamente de algo que é senhor de Cálías é ter a informação a respeito desse algo que ele é, e o é enquanto senhor com respeito a Cálías. E tal informação basta para assegurar o saber determinadamente que Cálías é escravo²⁹.

É desnecessário acrescentar o que se segue naturalmente dessas considerações: que, se o correlativo de um relativo é também um relativo, então, deve valer igualmente para ele tudo o que vale para os relativos enquanto tais. Segue-se daí que, se *A* e *B* são relativos um ao outro, na mesma medida em que saber determinadamente que *A* é um relativo

implica saber determinadamente *B* enquanto seu correlativo, nessa mesma medida, inversamente, saber determinadamente que *B* é relativo implica saber determinadamente *A*, e sabê-lo enquanto correlativo de *B*. Saber determinadamente um relativo como tal, portanto, implica saber determinadamente seu correlativo enquanto tal e vice-versa.

Chegamos, a partir daí, a uma segunda característica que Aristóteles atribui aos relativos: a de por natureza serem em conjunto com seus correlativos. Com efeito, se o ser para um relativo envolve o ser para seu correlativo e vice-versa, então um não pode ser sem o outro. De sorte que a possibilidade de um certo relativo implica a possibilidade de seu correlato, e o conhecimento determinado de um implica o do outro, e reciprocamente. Diz Aristóteles:

"Parece que os relativos são por natureza conjuntamente. De fato, isso é verdadeiro a respeito da maioria. Pois o dobro e a metade são conjuntamente, e, se a metade é, o dobro é, e, se o escravo é, o senhor é. E assim também para os outros. E eles também se suprimem reciprocamente. Pois se a metade não é, tampouco o dobro é. E do mesmo modo também para todos os outros desse tipo"³⁰.

Essa consequência tem desdobramentos que merecem ser examinados com cuidado. Com efeito, ela parece impor uma dificuldade que, aos olhos de Aristóteles, não é pequena, qual seja, a de uma inevitável petição de princípio relativamente às condições de inteligibilidade dos relativos³¹. Essa petição de princípio se denuncia se levarmos em consideração o que está implicado na natureza conjunta dos relativos. Se o que algo é implica e é implicado pelo que algo outro é, isso significa, para Aristóteles, que ele é anterior e posterior ao outro, e, por via de consequência, a si próprio. Explicando mais detalhadamente, se aquilo que um certo algo *A* é implica o que um certo algo outro *B* é, então *B* pertence às condições para que *A* seja, sendo, *eo ipso*, anterior a *A*. Ora, se, inversamente, o que *B* é implica, correlativamente, *A*, então este resulta ser anterior a *B*. Daí se segue que um é anterior e posterior ao outro, e cada qual, consequentemente, anterior a si próprio³². Isso parece acarretar uma dificuldade inevitável para condições de caracterização dos relativos, consistente em uma repetição reiterada³³ que se engendra na explicação definitiva de um certo relativo³⁴. Designemos tal repetição por "psitacismo", para

traduzir o verbo grego "*adoleschênai*", que Aristóteles afirma significar "ser obrigado a dizer o mesmo várias vezes"³⁵. Inspirando-nos em um exemplo de que o próprio pensador se serve para ilustrar a dificuldade, poderíamos dizer que, se saber determinadamente o que é "dobro" envolve saber determinadamente o que é "metade", visto ser "dobro" "dobro da metade", e se, inversamente, saber determinadamente o que é "metade" envolve saber determinadamente o que é "dobro", visto ser "metade" metade do dobro", segue-se que saber determinadamente "dobro" envolve saber "dobro da metade", e, por conseguinte, "dobro da metade do dobro", e então "dobro da metade do dobro de metade", e assim sucessiva e interminavelmente³⁶. E o mesmo vale, claro, *mutatis mutandis*, para "metade".

Aristóteles conclui que psitismos são inevitáveis no caso de relativos, quando se pretende completar a explicação de um termo relativo acrescentando-lhe a remissão àquele que lhe é correlativo. E pondera que um relativo, tomado abstração feita de sua relação a seu correlativo, é uma expressão incompleta, que nada significa por si mesma. A significação de um relativo unicamente se determina e completa no interior de sua relação a seu correlativo³⁷. Essa conclusão reforça a suspeita de petição de princípio nas condições de inteligibilidade dos relativos. Pois, se o que vale para as condições de completude da significação de um relativo deve valer igualmente para o seu correlativo, é certo que a anterioridade recíproca entre correlativos acarreta uma inescapável petição de princípio nas condições de explicação dos correlativos entre si³⁸.

Parece forçoso concluir daí que a explicação completa de um relativo não pode ser dada senão por apelo a algo que, já não sendo relativo, funda a relação vigente entre ele e seu correlativo. Com efeito, se não há entre correlativos qualquer anterioridade, e se, por outro lado, o sentido de um não se completa sem o do outro, segue-se que compreender ambos adequadamente requer a remissão a algo distinto, o qual, em vista disso, deve ser presumido fundar a relação vigente entre eles, e, nessa medida, conferir plena inteligibilidade a cada qual. E visto que a dificuldade que conduziu a esse resultado é intrínseca aos relativos enquanto tais, aquele item distinto não pode encontrar-se no interior da própria categoria do relativo. Afinal, isso apenas adiaria a solução do problema, visto recolocá-lo agora para o novo par de relativos em que se busca fundar a inteli-

bilidade do anterior. Assim, ainda que se possa compreender o ser de um par de relativos a partir do ser de outro par, as dificuldades aqui enfrentadas não podem ser definitivamente solucionadas senão em se recorrendo a uma instância que, já não sendo um relativo, encerre as condições de inteligibilidade dos relativos em questão.

Essas considerações dão uma indicação das razões de Aristóteles para julgar a categoria do relativo a que menos possui realidade ou essência, relegando-a ao estatuto de categoria ínfima. Em *Metafísica N*, ele pretende respaldar essa tese com base na consideração de que, ao contrário do que se passa com respeito às outras categorias, um relativo pode vir a ser ou deixar de ser tal sem que tenha sido ele próprio gerado, e sem que absolutamente nada se altere no sujeito a que se atribui. Assim, por exemplo, algo pode tornar-se menor, mais claro, mais belo, viúvo, sem que tenha sofrido qualquer alteração, por mínima que seja. Diz Aristóteles:

"Um indício de que o relativo é uma essência e ente ínfimo <hêkista> é que, do relativo apenas, não há geração nem destruição nem movimento, como é o aumento e a diminuição quanto à quantidade, a alteração quanto à qualidade, o movimento quanto ao espaço, a geração e a destruição, em sentido absoluto, quanto à essência. Ora, não é assim com o relativo. Pois este, sem mover-se, será seja maior, seja menor, seja igual, se um outro for movido quanto à quantidade"³⁹.

Aristóteles tem em mente aqui situações em que uma alteração ocorre no correlato do relativo em pauta, mas não apenas isso. Como ele sublinha, a referida alteração não sucede primeiramente a esse correlato enquanto tal; ela lhe sucede na medida em que dele também se predicam atributos em outras categorias, no caso, da quantidade. Apenas derivativamente aquela alteração repercutiria no que ele é enquanto relativo, e, na esteira dela, naquele a que ele se refere como correlativo. Ou, talvez mais exatamente, a mudança que o relativo inalterado (quanto à quantidade) sofreria seria *precisamente a mesma* mudança ocorrida na grandeza do que sofreu a alteração, quando tal mudança é considerada em conjunto com aquele primeiro relativo. Isso sob a suposição, evidentemente, de que este também tenha alguma grandeza, ou melhor, de que ambos os relativos compartilhem, em alguma medida, o atributo com respeito ao qual a alteração se dá. Para retomar o exemplo oferecido por Aristóteles, se algo

A, sem ter sofrido absolutamente a menor alteração, torna-se menor que algo *B*, isso seguramente resulta de um incremento na grandeza de *B*, e de nada mais⁴⁰. Desse ponto de vista, a alteração descrita em *A* seria, não uma segunda alteração ocorrendo paralelamente ao incremento da grandeza de *B*, mas a mesma alteração quantitativa ocorrida no objeto *B*, considerada em conjunto com a grandeza de *A*. O incremento da grandeza seria, portanto, uma alteração na categoria da quantidade, mas que se deixaria exprimir como uma alteração também na categoria da relação quando a grandeza alterada fosse tomada em conjunto com alguma outra a ela homogênea. Eis por que, de acordo com Aristóteles, não seria preciso considerar essas alterações como distintas e irredutíveis entre si, mas apenas como uma mesma alteração, que ora se toma isoladamente, ora se toma a partir da consideração conjunta do objeto que sofre aquela alteração com outros objetos. Ele então sustenta que não há geração ou destruição do relativo tomado isoladamente <*mónou autoú*>, mas, uma vez alguma alteração sendo sofrida por algo, quanto à sua quantidade, por exemplo, algo outro torna-se maior, menor ou igual.

É desnecessário acrescentar que o mesmo deve valer para as atribuições em geral, independentemente da consideração da mudança ou da geração. Afinal, assim como o que um sujeito vem a ser ou deixa de ser enquanto relativo resulta de características que ele possui ao ser considerado sob outros modos de predicação, assim também, e pela mesma razão, o que um sujeito é enquanto relativo deve resultar de características suas pertencentes a outras categorias, quando tomadas em conjunto com características homogêneas de outros sujeitos. Por exemplo, o que determina algo *A* como maior, menor, ou igual a algo outro *B* está fundado no que cada um é quanto às respectivas quantidades, quer dizer, resulta das grandezas de *A* e de *B* quando tomadas em conjunto.

É também desnecessário acrescentar que o exemplo aduzido por Aristóteles para ilustrar o caráter derivativo das predicções relativas não pode ser admitido algo meramente acidental ao que se atribui na categoria do relativo. Na medida em que é intrínseca aos relativos aquela dependência recíproca entre correlativos que enseja o psitasismo, e com ela, a dependência conjunta de relativos entre si com respeito a algo não relativo, nessa mesma medida resulta igualmente intrínseco à categoria do relativo que o que é relativo seja, enquanto tal, derivativo e dependente do

que se atribui em outras categorias. A realidade de um relativo, desse ponto de vista, não possui um estatuto ontológico independente da realidade das demais categorias, mas resulta de alguma operação ou combinação do que nelas é o caso. Correlativamente, a significação dos termos relativos deve poder ser exposta exaustivamente a partir das significações das predicções em outras categorias, as quais são estimadas exaurir as condições de verdade das predicções em que comparecem aqueles termos⁴¹.

Essas conclusões permitem-nos enfim ratificar o que anteriormente foi apresentado a título de sugestão, a saber, que a peculiaridade formal das atribuições relacionais deixa-se tratar, no interior da filosofia aristotélica, não tanto como concernente a uma forma proposicional específica, mas como concernente a uma forma específica de atributos que, enquanto tais, deixam-se exprimir por certo tipo de termos integrando proposições. Elas confirmam, por conseguinte, que, de acordo com Aristóteles, a especificidade das predicções relacionais seria um assunto, não propriamente para uma investigação sobre a natureza das proposições, mas para uma investigação sobre o modo como o que é referido pelos termos que comparecem nas proposições como partes desta.

É possível compreender melhor também por que Aristóteles não procede a um exame mais acurado das atribuições relacionais, no que concerne à especificidade que elas introduzem nas proposições em que comparecem, a qual dificulta sua abordagem na silogística. Se as considerações feitas até aqui são pertinentes, é legítimo afirmar que, face às conclusões a que chega sobre a natureza dos relativos, Aristóteles teria julgado desnecessário examinar mais detalhadamente as peculiaridades formais das proposições veiculando atributos relacionais. Com efeito, se o ser do que é relativo deixa-se reduzir ao ser do que pertence a outras categorias, então, correlativamente, a verdade das atribuições relativas deve deixar-se reduzir à verdade das atribuições em outras categorias. E, se assim é, qualquer que seja a atribuição relacional que se faça, esta deve poder ser testada ou atestada silogisticamente por meio de outras proposições, as quais bastem para veicular as condições de verdade daquela atribuição relacional. É pertinente concluir daí que, se Aristóteles de fato admite uma redutibilidade do ser dos relativos ao que pertence às demais categorias, ele pode permitir-se eximir-se de uma investigação que, mesmo trazendo benefícios para os procedimentos

dedutivos que se poderia adotar, não é imprescindível à lógica, se esta é entendida como disciplina consagrada às formas estruturais e irreduzíveis do discurso e do raciocínio.

¹ O presente trabalho recebeu financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. Agradeço a Sálvio Nienkötter a leitura atenta e as observações feitas à primeira versão deste texto.

² Como afirma M. Beaney (2003, p. 132), "...de fato, o que Frege iniciou (...) foi nada menos que uma revolução em lógica. A lógica tradicional (aristotélica) teve um bom desempenho em geral na área limitada a que se aplicou, mas teve grande dificuldade em analisar proposições de tipo mais complexo que eram comuns na matemática – em particular (...) proposições relacionais (...). Ao estender o uso da análise em função–argumento da matemática para a lógica, e fornecer uma notação para a quantificação, Frege pôde não apenas para representar tais proposições, mas também analisar os princípios característicos do raciocínio em matemática". Ver também a respeito Hood, P. (2004), §1.1.

³ "Proposição é um discurso que afirma ou que nega algo de algo. E é ou universal ou particular ou indefinido. Chamo *universal* o pertencer a todo ou a nenhum, *particular*, o pertencer ou a algum ou não a algum, ou a nem todo, e *indefinido*, o pertencer ou não pertencer sem [determinação] do todo ou do algum" (24a16–20).

⁴ "*tón enantíon einai tén autên epistémên*" (24a21). A tradução aqui proposta renuncia à clareza em favor da literalidade talvez excessiva. Mais familiar e fiel ao seu conteúdo seria apresentar a sentença em grego por um enunciado como "dados dois itens contrários entre si, a ciência de um é a mesma que a do outro". Tendo em vista a distância que um tal enunciado guarda com respeito à formulação original, optemos aqui pela literalidade. Como se verá mais adiante, essa literalidade desempenhará um papel importante para compreendermos a maneira como Aristóteles discute a estrutura formal dessa proposição. Com efeito, constataremos que, na discussão que ele tece a respeito, é importante manter o termo "dos contrários" figurando na posição que ocuparia o sujeito em um enunciado da forma "*S é P*", e "uma mesma a ciência" na posição a ser ocupada pelo predicado respectivo.

⁵ Para uma discussão a respeito, ver Smith, R., Aristotle, *Prior Analytics*, p. 107.

⁶ Para ilustrar um caso que confirma essa afirmação, lembremos a conhecida distinção entre duas acepções do termo "ousía" em Aristóteles. Consoante uma dessas acepções, "*ousía*" se deixa bem traduzir por "substância", e ocorre em proposições como "*Sócrates é uma substância*". Consoante a outra acepção, mais adequado é traduzir *ousía* por essência, e ocorreria em proposições como "*x é essência de y*". Essa segunda acepção, como vemos, constitui o que contemporaneamente trataríamos como um predicado relacional (diádico). De acordo com Aristóteles, como veremos mais adiante, *ousía* não é um relativo, em nenhuma das acepções que se tome. Para uma discussão a respeito, ver Shields, C. (2003).

⁷ O outro dos exemplos, a proposição "*o prazer não é bem*", é retomado por Aristóteles em *AnPr* I, 40. Ele então parece situar a dificuldade da proposição em uma ambiguidade com

respeito à maneira como se deve compreender o que é nela veiculado: se a negação de que "prazer" se subsume sob "bem", ou se a negação da identidade entre prazer e bem. No segundo caso, a proposição parece ser entendida como veiculando relações intensionais entre termos, antes que propriamente relações entre suas extensões, deixando-se parafrasear por algo como "*ser prazer é ser bem*". Se essa sugestão é correta, ela nos conduz a suspeitar que a diversidade quanto aos exemplos indica que, sob o gênero das proposições indefinidas, Aristóteles reúna tipos de proposições bastante diferentes entre si. Mas fique isso dito apenas a título de observação, visto que o objetivo aqui não é tanto examinar as proposições indefinidas em Aristóteles, mas, antes, o modo como ele compreende as relações e a especificidade das proposições que as descrevem.

⁸ Claro que fórmulas em que todos os termos individuais são constantes individuais não contêm quantificadores. Mas trata-se, então, de proposições singulares, as quais são desconsideradas nos *AnPr*. Conforme fica manifesto pela passagem anteriormente citada (24a16-20), no contexto da silogística, Aristóteles não considera, quanto à quantidade, senão os três tipos de proposições mencionados: as universais, as particulares, e as indefinidas. Para uma discussão a respeito, ver Lukasiewicz, J. (1977), 1, §2-§3, e Pätzig, G. (1968), 1, §3.

⁹ Ver por exemplo 26a28-30.

¹⁰ 46b40-47a2.

¹¹ "De quais itens e de que maneira, portanto, se fazem as demonstrações, bem como o que se deve observar com relação a cada problema, está claro a partir do que foi dito. Depois disto, deve-se dizer como reduziremos os silogismos às figuras previamente ditas, pois ainda resta essa parte da investigação. Pois se investigarmos a gênese dos silogismos, e formos capazes de descobrir, e se resolvermos os silogismos formulados até às figuras previamente ditas, finalmente teremos alcançado o propósito inicial. E do que se dirá decorrerá também, ao mesmo tempo, confirmar-se e tornar-se ainda mais claro o que foi dito no início. Pois é preciso que todo verdadeiro esteja de acordo consigo próprio em tudo" (46b40-47a9).

¹² 48a40-b5. Ver também *AnPr* I, 37.

¹³ "*tôn enantíon ésti mía epistémê*" (48b5). Seria um cuidado supérfluo nos determos na pequena diferença que se encontra entre esta formulação e aquela anteriormente citada. Com efeito, a substituição aqui de "a mesma" <*hê autê*> por "única" <*mía*>, ainda que determine alguma diferença quanto ao conteúdo e às condições de verdade das respectivas sentenças, não altera em nada a forma relacional de cada qual.

¹⁴ "*éstô gàr tò A tò mían éinai epistémên, tà enantía allélois eph'hou B. tò dê A tói B hupárchei ouk hôte tà enantía [tò] mían éinai [autôn] epistémên, all'hòti aléthès eipeín kat'autôn mían éinai autôn epistémên*" (48b5-9). Segue-se aqui o texto com o acréscimo feito por Ross, indicado entre [], com o intuito de preservar o genitivo da formulação original. É preciso salientar que a mesma dificuldade apontada por Aristóteles permanece também sem o acréscimo, com a única diferença de que o que estaria na posição de sujeito da proposição não seria a expressão "dos contrários", mas sim "os contrários", ao qual se atribuiria o mesmo predicado "uma única ciência", que permanece inalterado.

¹⁵ O assunto é abordado também em outros escritos, que serão examinados adiante na medida em que a presente discussão o exija. Dentre esses escritos, convém mencionar o capítulo

15 de *Metafísica D*, que, como *Categorias 7*, é também todo consagrado ao tema dos relativos. A diferença entre eles, a qual confere ao exame de *Categorias 7* uma importância maior para a presente discussão, é que, ao contrário do que ocorre neste último, em *Metafísica D*, 15 não se encontra uma reflexão sobre os relativos enquanto tais. Sob a suposição de que o assunto já esteja devidamente esclarecido alhures, o texto é dedicado à discussão sobre as espécies em que a categoria dos relativos pode ser dividida. Assim, visto que o foco do nosso interesse aqui concerne sobretudo a uma discussão geral sobre os relativos enquanto tais, o capítulo da *Metafísica* resulta ter uma importância menos destacada, e examinado na medida apenas em que seu conteúdo trouxer alguma contribuição para a presente discussão.

¹⁶ Ver a respeito Mansion, S. *La doctrine aristotélicienne de la substance et le Traité des Catégories*.

¹⁷ 6a36-37.

¹⁸ 8a13-28.

¹⁹ Apesar de um relativo ser o que é por sua remissão a algo outro, essa remissão pode ser omitida nos enunciados da linguagem ordinária. Assim, por exemplo, a sentença "Cálias é escravo" pode ser admitida como completa, mesmo que "escravo" seja um relativo.

²⁰ Para um ponto de vista diferente, ver Cajolle-Zaslowski, F (1980), §3.

²¹ "A primeira definição acompanha todos os relativos, mas o ser relativo para eles não é o ser precisamente dito de outros" (8a33-35).

²² 8a31-32.

²³ 8a35-37.

²⁴ *Categories and The Interpretation*, p. 102. Em sua interpretação da passagem, Amonius parece adotar a versão criticada por Ackrill, considerando que "se alguém tem conhecimento de que Sofronisco é pai, certamente terá conhecimento de Sócrates também. Mas, se não tem esse conhecimento, não terá conhecimento se Sofronisco é pai" (78,29 – 79,1). Para uma discussão sobre o assunto, ver Morales, F, op. cit., p. 259 e seg. Ver também Mignucci, M., op. cit., §3.

²⁵ Como salienta M. Mignucci (op.cit., p. 108), não se deve exagerar a contribuição do advérbio "determinadamente" <*horisménôs*> para o significado da expressão "saber determinada-mente" na passagem mencionada. Afinal, na passagem dos *Tópicos* em que Aristóteles volta ao mesmo tema, a menção ao referido advérbio desaparece. Diz seu autor: "é preciso não passar despercebido que talvez não seja possível definir alguns [relativos] de outro modo [senão por remissão a seu correlativo], como, por exemplo, [não é possível definir] o dobro sem a metade, e [assim] todos os que são ditos relativos por si mesmos. Pois, para todos de tal tipo ser é o mesmo que comportar-se de algum modo em relação a algo*, de modo que é impossível conhecer um sem o outro. Por isso é necessário que na explicação de um esteja incluído também o outro" (142a26-31).

*Observe-se que o que Aristóteles compreende aqui como "dito relativo por si mesmo" <*kath' hautà prós ti légetai*> coincide com o que satisfaz a segunda das definições de relativo apresentadas nas *Categorias*.

²⁶ No presente contexto, entendamos por um predicado relacional "completado" um predicado relacional cujos lugares de argumento são preenchidos de tal sorte que ele passe a se

comportar como um predicado unário, isto é, um termo apto a ocupar a posição de predicado em proposição categórica completa. Assim, por exemplo, um predicado relacional tal como "pai de..." seria completado quando se preenchesse o lugar vago com um nome qualquer, digamos, "Sócrates", de sorte a habilitar tal predicado a comparecer em uma proposição da forma " $S \text{ é } P$ " na posição do P – no exemplo, "pai de Sócrates".

²⁷ Podemos compreender a acepção de "acidental" aqui se nos remetermos aos *Segundos Analíticos* (doravante *AnPost*) I, 4, em que Aristóteles distingue quatro acepções de acordo com as quais se diz que algo é "por si mesmo" <*kath'hautó*> (Ver 73b3-16). Dessas, interessa-nos apenas a última, que veicula que um atributo é "por si mesmo" se ele se atribui a algo em virtude desse algo ser precisamente o que é. Melhor dizendo, um certo atributo B atribui-se por si mesmo a algo A se A corresponde à razão pela qual B se lhe atribui. Caso contrário – completa Aristóteles – o atributo será dito "acidental" (73b10-16). Aristóteles ilustra esse sentido de "por si mesmo" com o exemplo de atribuição da propriedade "ter a soma dos ângulos internos igual a dois ângulos retos" ao isósceles. Ele considera então que, não obstante aquela propriedade pertença a todo isósceles, não é enquanto algo é isósceles que tem a propriedade, mas sim enquanto é triângulo. Pois a propriedade pertence ao triângulo por si mesmo, e ao isósceles apenas derivativamente, na medida em que "triângulo" integra sua definição. Consoante a quarta das acepções de "por si mesmo" elencadas na passagem, portanto, visto que a propriedade não se atribui ao isósceles por si mesmo, ela se lhe atribui por acidente, ainda que todo isósceles possua a propriedade, e a possua necessariamente, na medida em que "triângulo" integra a definição de isósceles. Aplicando a mesma noção de "por si mesmo" e, correlativamente, acidente, ao caso presente, poderíamos afirmar que, ainda que "homem" se atribua a todo aquele que é relativo a "escravo", isto é, a todo senhor, não é enquanto é homem que algo é relativo a escravo, mas sim enquanto é senhor. Desse ponto de vista, "homem" não seria correlato de "escravo" senão acidentalmente.

²⁸ 7a31-39.

²⁹ Isso dito, podemos finalmente nos voltar para o modo como Aristóteles pretende, com base na segunda caracterização de relativo, dar uma resposta à suspeita de que as partes das substâncias segundas sejam ou se comportem como relativos. A dificuldade se ergue, lembremos, porque, sendo definidas por remissão às substâncias de que são partes, elas culminam por serem definidas, enquanto tais, na medida em que se referem às substâncias de que são partes. Ora, se o ser relativo de algo acarreta que aquilo a que este é relativo seja também relativo com respeito a ele, e mais, que o conhecimento de algo como relativo envolve o conhecimento do que lhe é correlativo enquanto tal, segue-se que, se as partes das substâncias segundas são relativas às substâncias de que são partes, então estas deveriam ser definidas a partir de sua relação às partes respectivas. Uma substância, no entanto, não é um relativo, e não se define como tal. O que comparece, portanto, nas definições das partes das substâncias como sendo aquilo a que essas partes são relativas não comparece aí como sendo ele próprio relativo a essas partes. Dito de outro modo, não se deixa conhecer como aquilo que, tendo uma certa propriedade, põe-se em uma certa relação à respectiva parte. Aristóteles expôs essa dificuldade como uma inadequação ao critério do saber determinadamente, considerando que aquele que sabe determinadamente de uma parte de uma substância segunda que é tal nem por isso sabe determinadamente qual é aquele correlativo que lhe corresponde na relação, isto é, que propriedade esse correlativo deve satisfazer para ser o correlativo que é. Diz ele:

"Já com respeito a cabeça e a mão, e cada um dos itens de tal tipo, os quais são essências, pode-se saber determinadamente o que eles precisamente são, não sendo, contudo, necessário saber determinadamente aquilo em relação a que são ditos. De modo que eles não seriam relativos" (8b15-19).

³⁰ 7b15-22. Aristóteles sugere que essa característica não seria intrínseca aos relativos, admitindo exceções. Para exemplificá-las, ele apresenta pares como "percepção e perceptível" e "conhecimento e cognoscível", ponderando que, em cada par, o segundo membro parece guardar alguma prioridade em relação ao outro. Ele argumenta que, embora o perceptível se defina por remissão à percepção, e o cognoscível pelo conhecimento, não obstante, a efetividade do perceptível convive com a mera possibilidade da percepção – o mesmo valendo, *mutatis mutandis*, no caso do par "cognoscível – conhecimento". Pois, se o perceptível for supresso, afirma ele, a percepção também o será. Mas, se a percepção for supressa, nem por isso o perceptível deixa de ser tal (7b22-8a12).

³¹ Ver *Metafísica*, Z 4 (129b18-21) e *Tópicos* Z 4 (142a34-b6).

³² É preciso considerar que essas consequências valem a despeito das exceções mencionadas pouco antes, pois essas consequências se depreendem unicamente da regra geral, que não é violada pelas supra-mencionadas exceções. A regra geral continua vigente no que concerne às condições de explicabilidade e definibilidade dos correlativos entre si, e o que disso é um desdobramento: a co-implicação quanto ao ser, e, *eo ipso*, também quanto à possibilidade e quanto à existência. Pois se os correlativos são interdefiníveis, então o que cada um é co-implica o que o outro é, o mesmo valendo para a possibilidade e a existência em cada caso: a possibilidade do conhecido e a do cognoscente se co-implicam, o mesmo valendo para a possibilidade do percebido e a do percipiente. Do mesmo modo, a atualidade do conhecido e a do cognoscente se co-implicam, assim como a atualidade do percebido e a do percipiente. O desequilíbrio apontado por Aristóteles se instaura para alguns tipos de relativos em um momento posterior, a saber, quando a existência de alguns deles é combinada com a possibilidade de seus correlativos. Assim, por exemplo, o que é potencialmente percebido convive com a inexistência do que é potencialmente percipiente, e, igualmente, o que é potencialmente conhecido convive com a inexistência com o que é potencialmente cognoscente. Em *Metafísica D*, 15, Aristóteles denominará os pares de relativos desse tipo como relativos "segundo a potência" <*katà dúnamin*>, considerando que pares assim são tais que um de seus membros satisfaz a primeira definição de relativo apresentada nas *Categorias*, e o outro, não (1021a26-29). Para uma discussão a respeito, ver Hood, P. (2004), §3.3.

³³ "*pollákis anankázesthai tautò légein*" (165b15-17).

³⁴ Para uma discussão a respeito, ver C. Motta, A. (2003), §1-§4.

³⁵ 165b15-17.

³⁶ Nas *Refutações Sofísticas* (doravante RS), Aristóteles chega a uma conclusão semelhante, mas por uma via ligeiramente diferente. Ao invés de substituir o termo no *definiens* por sua definição, ele propõe a substituição de um termo isolado nomeando um relativo por outro que considera equivalente a ele, a saber, o mesmo termo acrescido da sua referência a seu correlativo, como seriam, então, "dobro" e "dobro da metade". Aristóteles considera então que, se "dobro" equivale a "dobro da metade", então pode-se sempre substituir as ocorrências

de "dobro" por "dobro da metade", o que tem como resultado a duplicação da expressão "da metade". Diz ele: "se não há nenhuma diferença entre falar o nome e a explicação, serão o mesmo *dobro* e *dobro da metade*. E se o *dobro* é *dobro da metade*, ele será *dobro da metade da metade*" (173a34-36).

³⁷ 181b25-33.

³⁸ Razões similares conduzem Aristóteles a rejeitar a hipótese da viabilidade da demonstração circular nos *AnPost* I, 3 (72b5-73a20). Ele argumenta que, se algo *A* é provado a partir de algo *B*, e este, a partir de *A*, então nenhum resulta provado. Pois, para provar um (por exemplo, *A*), é preciso supô-lo como condição da prova daquilo a partir de que ele é provado (segundo o exemplo, *B*). Vê-se que o resultado de uma tal operação é a mera tautologia consistente na implicação da forma " $A \rightarrow A$ ", que nada mais enuncia que "algo implica a si próprio". Para uma discussão a respeito, ver Mignucci, M. (1975), pp. 51-52.

Claro que se chega a resultados semelhantes no caso das definições, quando se é conduzido a repetir, no enunciado *definiens*, o próprio *definiendum*. Não por acaso Aristóteles rejeita o sucesso do que denomina "explicações por acréscimo" <*ek prosthéseôs lógos*>, para as quais o pitacismo parece inevitável. Ele afirma que, em casos assim, ou o definido não se deixa definir da maneira pretendida, ou a definição conduz ao infinito <*eis ápeiron*> (Ver *Metafísica* Z, 5 - 1030b28-1031a1).

³⁹ 1088a29-35.

⁴⁰ Nada mais além do incremento da grandeza é necessário supor ocorrer em *B* para explicar que *A* se torne menor com relação a ele. Tampouco em *A* pode ser admitido ocorrer algo, já que a suposição de Aristóteles é que ele adquira a propriedade de ser menor sem ter sofrido qualquer alteração.

⁴¹ Essas conclusões talvez lancem alguma luz no que parece se apresentar como uma dificuldade concernente aos relativos: sua aptidão a pertencerem também a outras categorias (Ver *Metafísica* D, 15, 1021b5-6). Nos *Tópicos* (124b18-22), Aristóteles considera a possibilidade de que, de certos gêneros de relativos, as espécies não sejam relativas, ou, talvez também inversamente, de certas espécies de relativos, os gêneros não o sejam. Um exemplo ilustrando casos assim, afirma ele, seria a virtude com respeito ao seu gênero, o bem - pois, ao passo que a virtude se conta entre os relativos, o bem é uma qualidade. Outro exemplo seria a gramática com respeito ao seu gênero, o conhecimento, já que este, como já dito, é por Aristóteles estimado um relativo, e a gramática, não. Pois o conhecimento se explica por remissão ao seu correlato, o cognoscível, e vice-versa, mas o mesmo não se dá com a gramática: embora esta se defina por sua relação à linguagem, sendo o conhecimento desta, a recíproca não é verdadeira, pois a linguagem não se define pela gramática, não sendo, por isso, correlativa a ela. Ocorreria nesses casos algo similar ao que se passa com as partes das substâncias segundas: a gramática satisfaria a primeira caracterização de relativo dada por Aristóteles em *Categorias* 7, mas não resistiria ao critério derivado da segunda definição, não podendo, *eo ipso*, ser considerada verdadeiramente um relativo.

As conclusões extraídas acima permitem sugerir que o procedimento de consideração conjunta de itens a partir de propriedades comuns subjacente ao menos a certos tipos de relativos torna viabiliza consequências como essas. Com efeito, a comparação entre itens que se definem por relações semelhantes, tais como as vigentes entre cada conhecimento específico

e o respectivo objeto, possibilita o procedimento de abstração da própria relação, o que torna possível sua consideração como gênero para aquele tipo de itens.

Isso nos auxilia a conciliar as passagens das *Categorias* em que Aristóteles parece tratar as partes das substâncias como relativos (6b37-7a23) com aquelas em que ele rejeita a essas partes o título de relativos (8a13-31). Conforme foi discutido, as partes das substâncias segundas se definem por relação às substâncias de que são partes. Ora, desse ponto de vista, pareceria correto, ao menos no âmbito da linguagem ordinária, eliminar a substância em sua especificidade por remissão à qual sua parte é definida, e considerar apenas essa remissão, deixando indeterminado aquilo a que a remissão se faz. O resultado disso seria similar àquele da relação entre o conhecimento e suas espécies. Pois eliminada, por exemplo, da definição de "asa" a remissão à substância específica de que é parte, "asa" deixaria de se definir por ser parte de uma substância determinada – digamos, a ave – para definir-se meramente como parte de algo que, indicado assim vagamente, não poderia ser caracterizado de nenhum outro modo senão por sua remissão a "asa": por ser aquilo de que a asa é asa – o que se denomina "alado". Desse ponto de vista, uma substância segunda, pertencendo, enquanto tal, à categoria da substância, assumiria, ao menos linguisticamente, o comportamento de uma espécie de

Referências bibliográficas

Textos de Aristóteles:

ACKRILL, J. L. 2002. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*.

Clarendon Press, Oxford.

ANNAS, J. 2003. *Aristotle's Metaphysics – Books M, and N*. Clarendon Press, Oxford.

BEKKER, I. 1960. *Aristotelis opera.*, Vols. I-II. Walter de Gruyter, a cura de Gigon, O. Berlim.

BRUNSCHWIG, J. 1967. *Les Topiques*, 2 Vols. Les Belles Lettres, Paris.

MIGNUCCI, M. 1969. *Aristotele - Gli Analitici Primi*. Ed. Luigi Loffredo, Napoli.

MINIO-PALUELLO, L. 1949. *Aristotelis Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford University Press, Oxford.

_____. 1964. *Aristotelis Analytica Priora et Posteriora*. Oxford University Press, Oxford.

ROSS, D. 1997. *Aristotle's Metaphysics – A revised text with Introduction and Commentary (2 Vols.)*. Clarendon Press, Oxford.

_____. 1949. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics*. Clarendon Press.

_____. 1958. *Topica et sophisticis elenchi*. Clarendon Press, Oxford.

YEBRA, V. 1998. *Metafísica de Aristóteles*. Gredos, Madrid.

SMITH, R. 1989. *Aristotle's Prior Analytics*. Hackett Publishing Company, Indianapolis.

Literatura secundária

BEANEY, M. 2003. *Russell and Frege*. em: Griffin, N. *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*, Cambridge University Press, Cambridge.

CAUJOLLE-ZASLAWSKY, F. 1980. *Les Relatifs dans les Catégories*. em: Aubenque, P. (ed) *Concepts et Catégories dans la Pensée Antique*. Vrin, Paris.

C. MOTTA, A. 2003. *A língua dos papagaios, a diferença e o ser*. em: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, Vol. 13, nº 2.

HOOD, P. 2004. *Aristotle on the Category of Relation*. University Press of America.

LUKASIEWICZ, J. 1957. "Aristotle's Syllogistic from the Standpoint of Modern Formal Logic". Oxford.

KIRWAN, C. *Aristotle's Metaphysics – Books G, D, and E*. Clarendon Press, Oxford, 2003.

MANSION, S. 1984. "La doctrine aristotélicienne de la substance et le *Traité des Catégories*". em: Follon, J. (ed.) *Études Aristotéliciennes*. Louvain-la-Neuve: Institut Supérieur de philosophie.

MIGNUCCI, M. 1986. "Aristotle's Definitions of Relatives in *Cat. 7*". em: *Phronesis*, XXXI, nº 2.

MORALES, F. 1994. "Relational Attributes in Aristotle". em: *Phronesis*. Vol. XXXIX, nº 3.

PÄTZIG, G. 1963. *Aristotle's Theory of Syllogism – A Logico-philological study of Book A of the Prior Analytics*. Trad.: Barnes, J. Reidel Pub. Company, Holland.

SHIELDS, C. 2003. "*Um problema a respeito de substância e relativo em Aristóteles*". em: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, Vol. 13, nº 2. Campinas.